

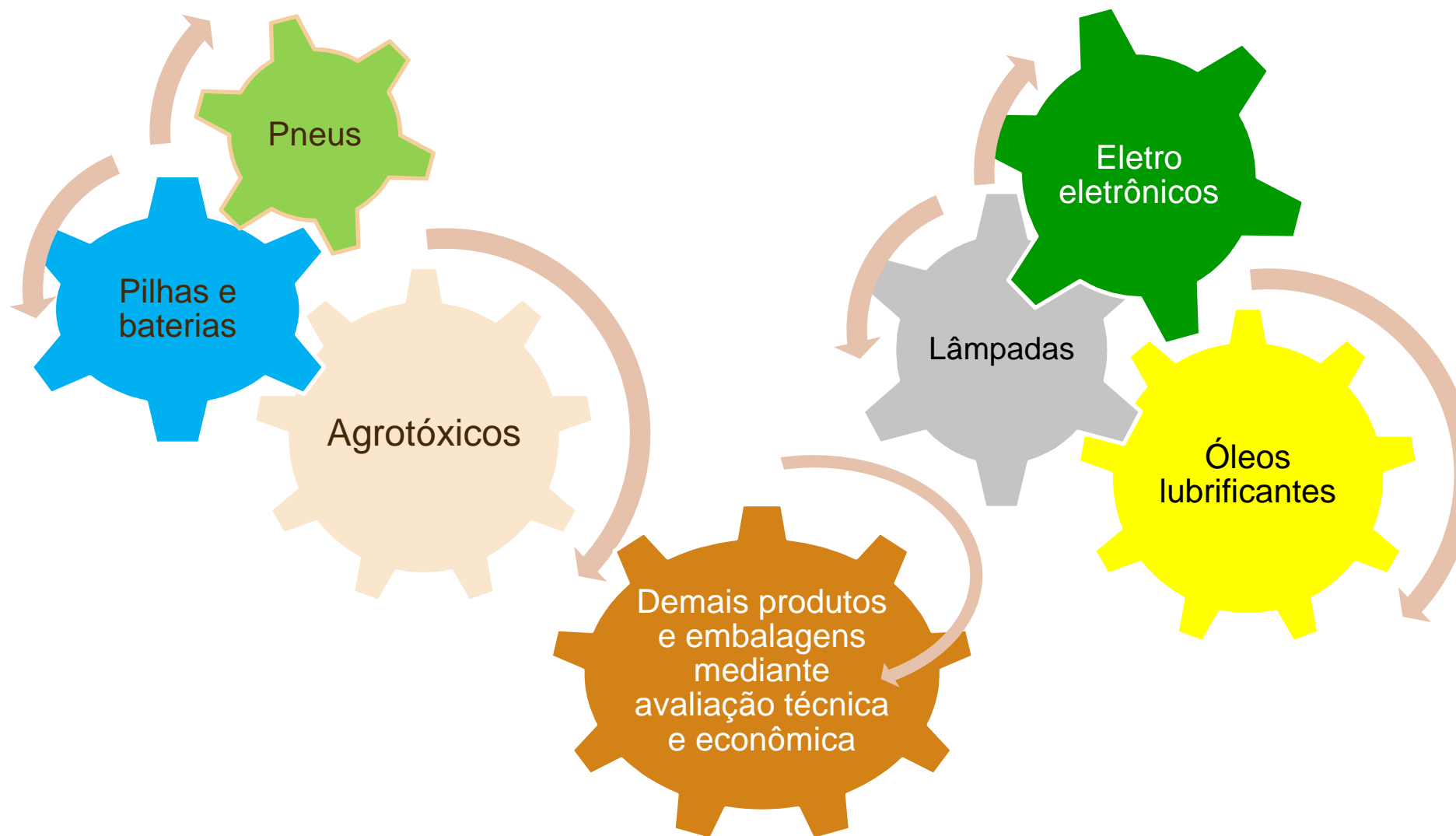


# **Regulamentação da Lei 12.305/2010 - Política de Resíduos Sólidos**

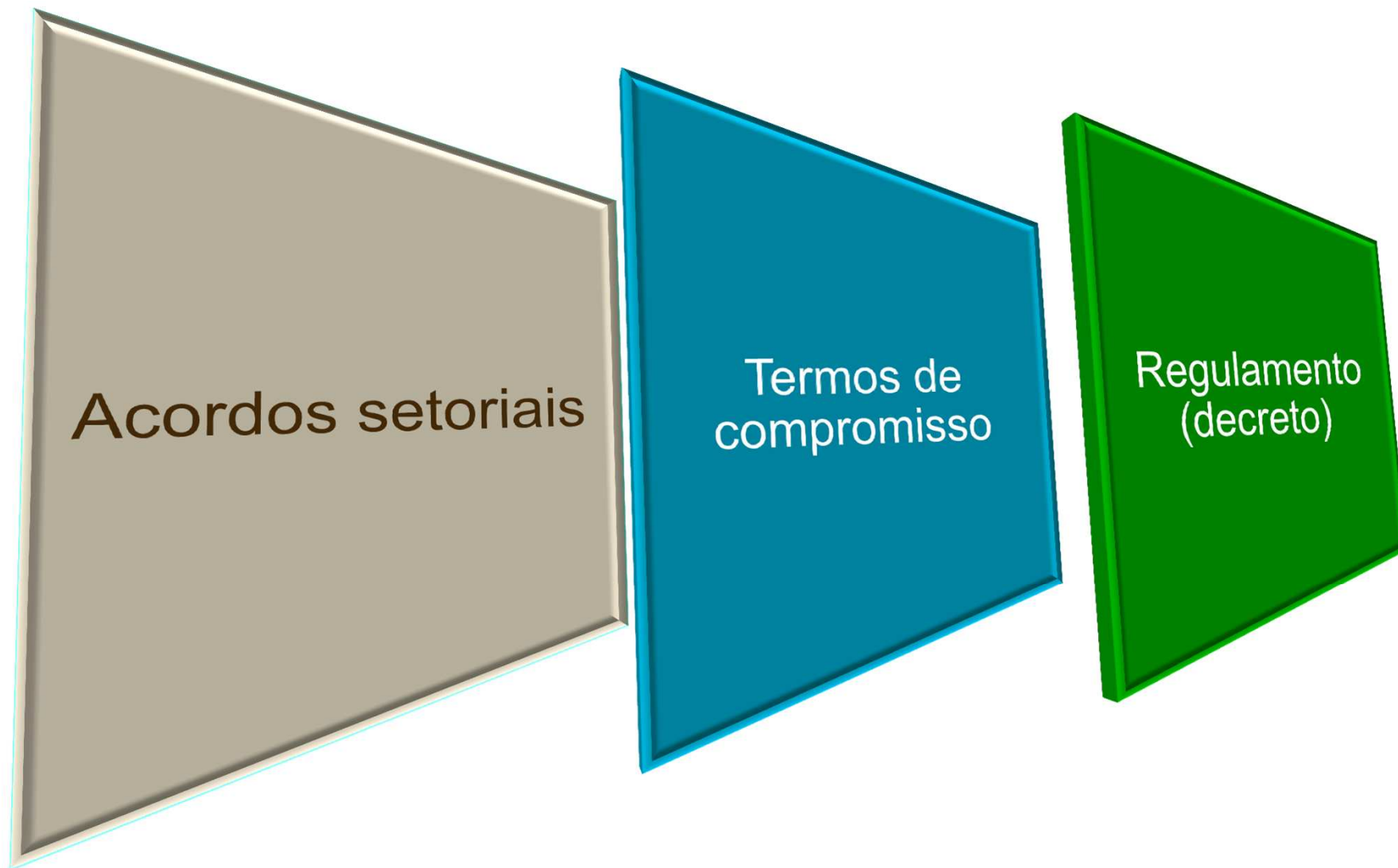
**Fevereiro de 2011**

# Logística Reversa

## Setores



## ***Instrumentos***



# Acordos Setoriais



## **Poder Público**



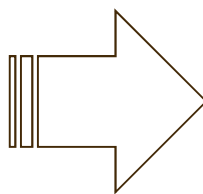
## **Privado** **Fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes**

Poderão participar da elaboração do Acordo Setorial representantes:

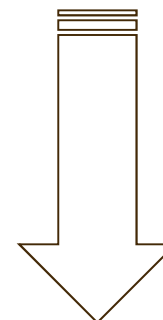
1. do Poder Público;
  2. dos fabricantes;
  3. dos importadores;
  4. dos comerciantes;
  5. dos distribuidores dos produtos e embalagens;
  6. das cooperativas ou outras formas de associações de catadores de materiais recicláveis ou reutilizáveis;
  7. das indústrias e entidades dedicadas à reutilização, ao tratamento e à reciclagem;
  8. das entidades de representação dos consumidores;
  9. outros.
-

## ***Público***

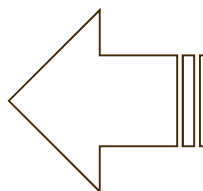
**Grupo Técnico**



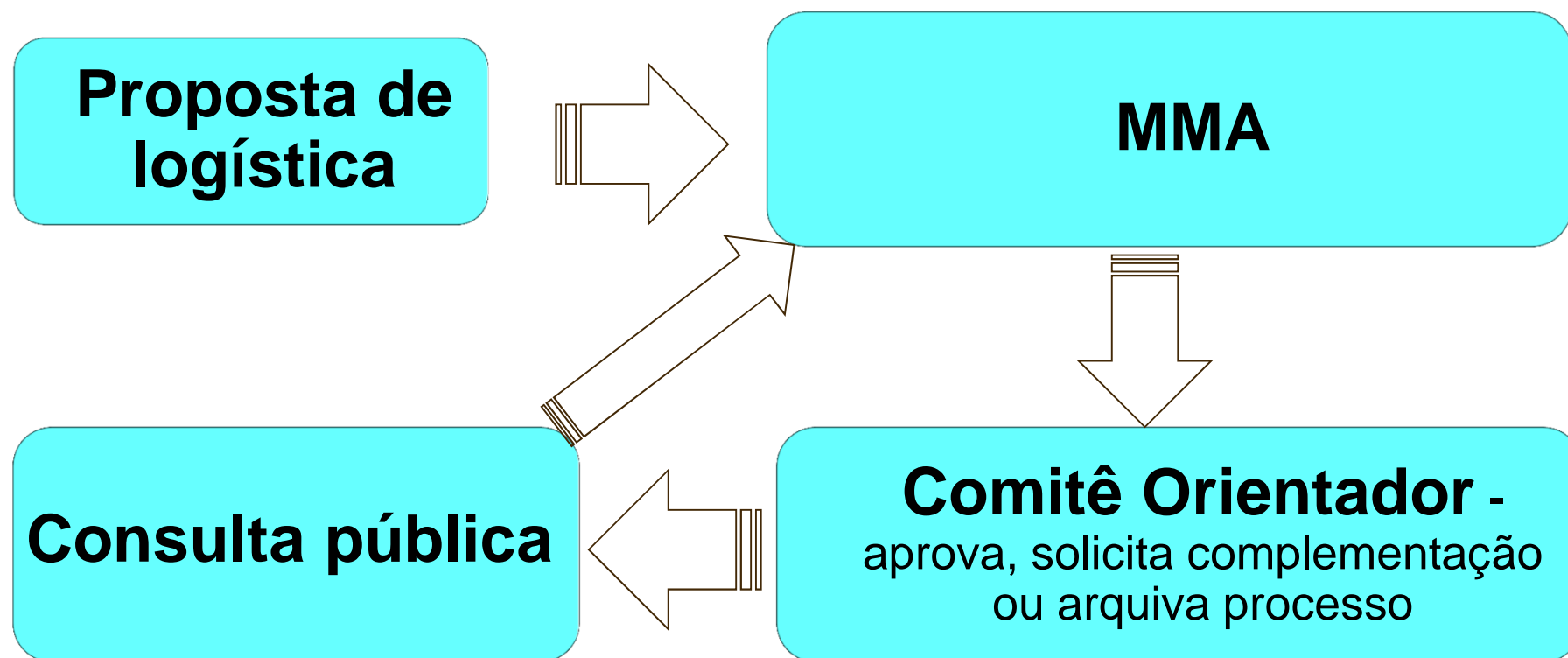
**Avaliação da viabilidade  
técnica e econômica da  
logística reversa (produto  
ou embalagem)**



**Editais de  
chamamento**



**Aprovação pelo Comitê  
Orientador - §1º art. 21**

***Privado***

O acordo setorial contendo a logística reversa pactuada será subscrito pelos **representantes do setor empresarial** e pelo Presidente do Comitê Orientador.



# **Regulamento (Decreto)**

Estudo de viabilidade técnica e econômica

Avaliação pelo  
Comitê  
Orientador

Elaboração de  
Minuta de Decreto  
pelo MMA

Consulta Pública

# **Termo de Compromisso**

Poder Público e Fabricantes, importadores,  
distribuidores e comerciantes

## Condições

Não haver Acordo Setorial ou  
regulamento na mesma área  
de abrangência

Para fixar compromissos ou  
metas mais exigentes

Necessário homologação por órgão do Sisnama

---

# Plano de Resíduos

## Plano Nacional de Resíduos Sólidos

**Coordenação - MMA**

Proposta preliminar: 23 de junho (6 meses)  
Consulta Pública: 23 de agosto (60 dias)  
Revisado a cada 4 anos

**Plano Estadual de Resíduos Sólidos**  
**Estado**

**Planos intermunicipais de resíduos sólidos**

**Planos microrregionais de resíduos sólidos e os planos de resíduos sólidos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas**

**Planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos**

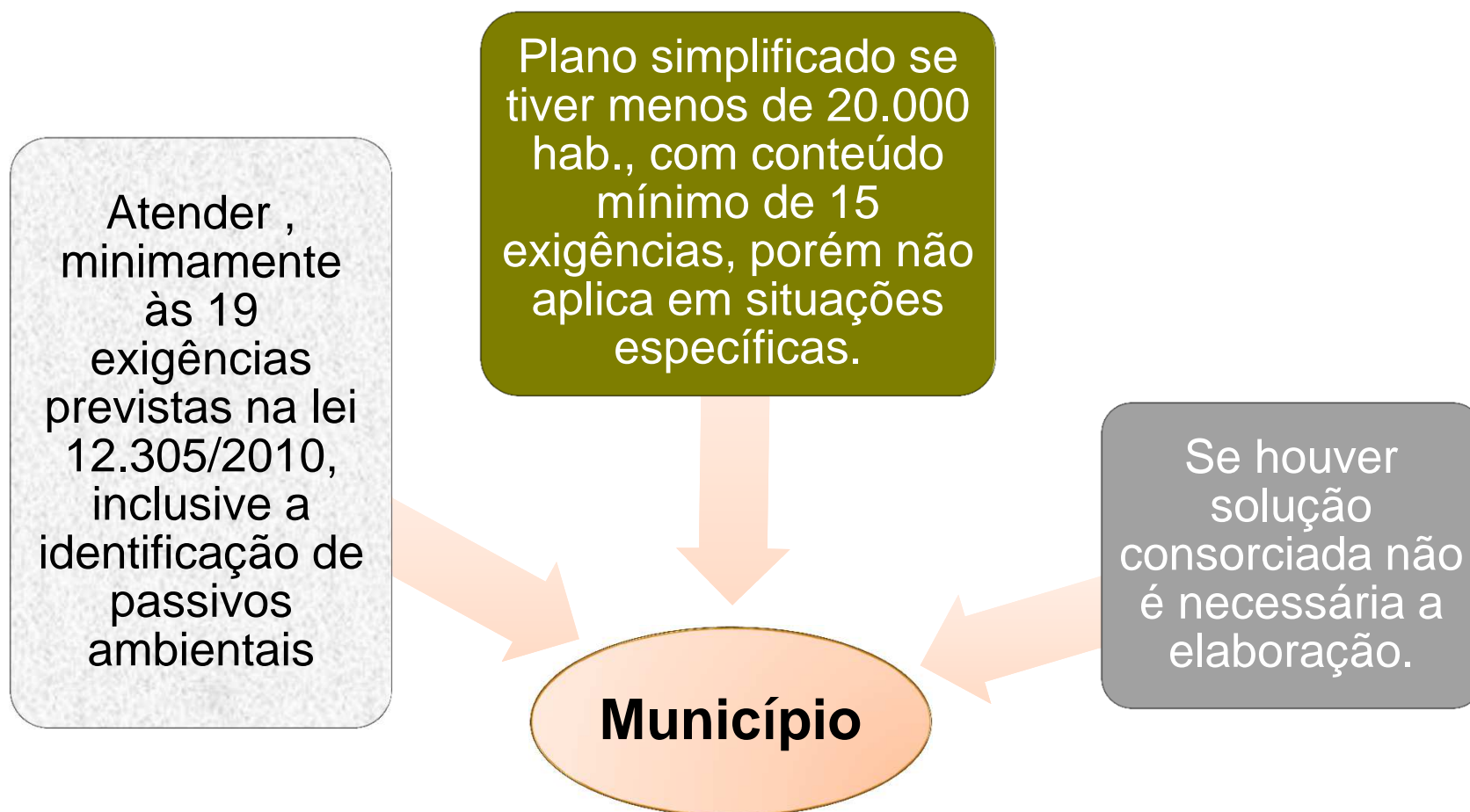
**Município**

**Planos de gerenciamento de resíduos sólidos**

**Geradores - empresas**

Planos da construção civil será regido por normas de órgãos do Sisnama

## ***Plano de municipal de gestão integrada de resíduos sólidos***



## ***Plano Municipal e o setor industrial***

Diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território.

Identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico ou a sistema de logística reversa (suplementar).

Regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos (suplementar).

Definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a cargo do poder público;

Mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda;

Meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito local, da implementação e operacionalização dos planos de gerenciamento e dos sistemas de logística;

---



## ***Plano de gerenciamento de resíduos sólidos***



## ***Plano de gerenciamento de resíduos sólidos***

Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de **todas** as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, **será designado responsável técnico devidamente habilitado.**

O plano de gerenciamento de resíduos sólidos é **parte integrante do processo de licenciamento ambiental** do empreendimento ou atividade.

O plano de gerenciamento de resíduos sólidos **é aprovado** pelo órgão competente do Sisnama

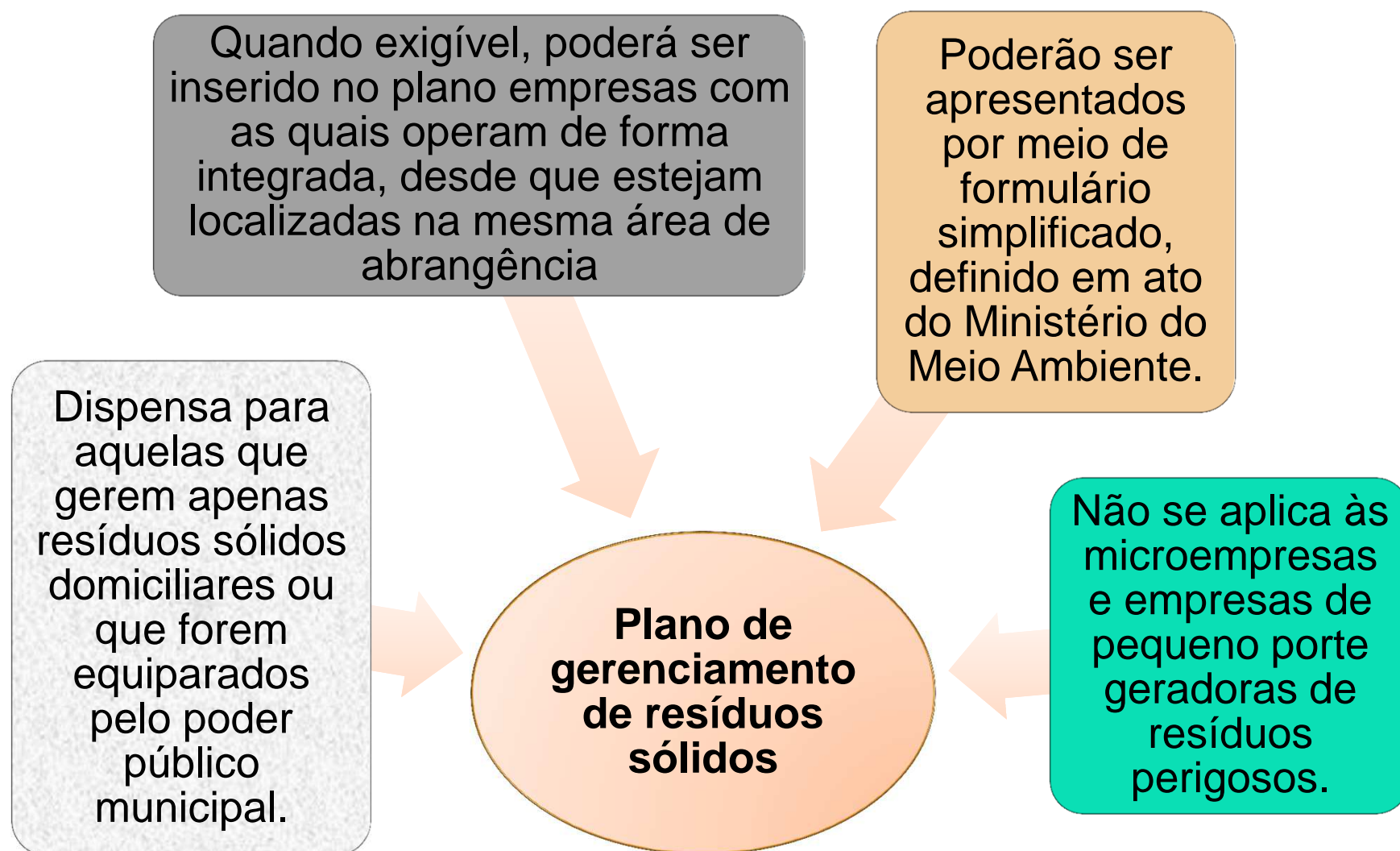
Nos empreendimentos e atividades **não sujeitos a licenciamento ambiental**, a aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos cabe à autoridade municipal competente.

---

## **Exigências – Art. 21 da Lei 12.305/2010**

- I – descrição do empreendimento ou atividade;
- II – diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;
- III – observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa e, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:
  - a) explicitação dos responsáveis por cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos;
  - b) definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador;
- IV – identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores;
- V – ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes;
- VI – metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos e, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, à reutilização e reciclagem;
- VII – se couber, ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, na forma do art. 31 da Lei 12.305/2010;
- VIII – medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;
- IX – periodicidade de sua revisão, observado, se couber, o prazo de vigência da respectiva licença de operação a cargo dos órgãos do Sisnama.

***Plano de gerenciamento de resíduos sólidos de empresas de pequeno porte e micro empresas***



## ***Plano de gerenciamento de resíduos sólidos coletivo***

Os empreendimentos sujeitos à elaboração de plano localizados em um mesmo condomínio, Município, microrregião, região metropolitana ou aglomeração urbana, que exerçam atividades características de um mesmo setor produtivo e que possuam mecanismos formalizados de governança coletiva ou de cooperação em atividades de interesse comum, poderão optar pela apresentação do referido plano de forma coletiva e integrada.

O plano deverá conter a indicação individualizada das atividades e dos resíduos sólidos gerados, bem como as ações e responsabilidades atribuídas a cada um dos geradores.

## ***Plano de gerenciamento de resíduos sólidos e as cooperativas***

O plano de gerenciamento de resíduos sólidos dos empreendimentos listados no art. 20 da Lei 12.305/2010, **poderá** prever a participação de cooperativas ou de associações de catadores de materiais recicláveis no gerenciamento dos resíduos sólidos recicláveis ou reutilizáveis, quando:

- I – houver cooperativas ou associações de catadores capazes técnica e operacionalmente de realizar o gerenciamento dos resíduos sólidos;
  - II – utilização de cooperativas e associações de catadores no gerenciamento dos resíduos sólidos for economicamente viável; e
  - III – não houver conflito com a segurança operacional do empreendimento.
-

# Resíduos perigosos

## ***Definição***

aqueles que, em razão de suas características de:

- ❖ inflamabilidade,
- ❖ corrosividade,
- ❖ reatividade,
- ❖ toxicidade,
- ❖ patogenicidade,
- ❖ carcinogenicidade,
- ❖ teratogenicidade e,
- ❖ mutagenicidade,

apresentam significativo risco à:

- ❖ saúde pública ou,
- ❖ à qualidade ambiental,

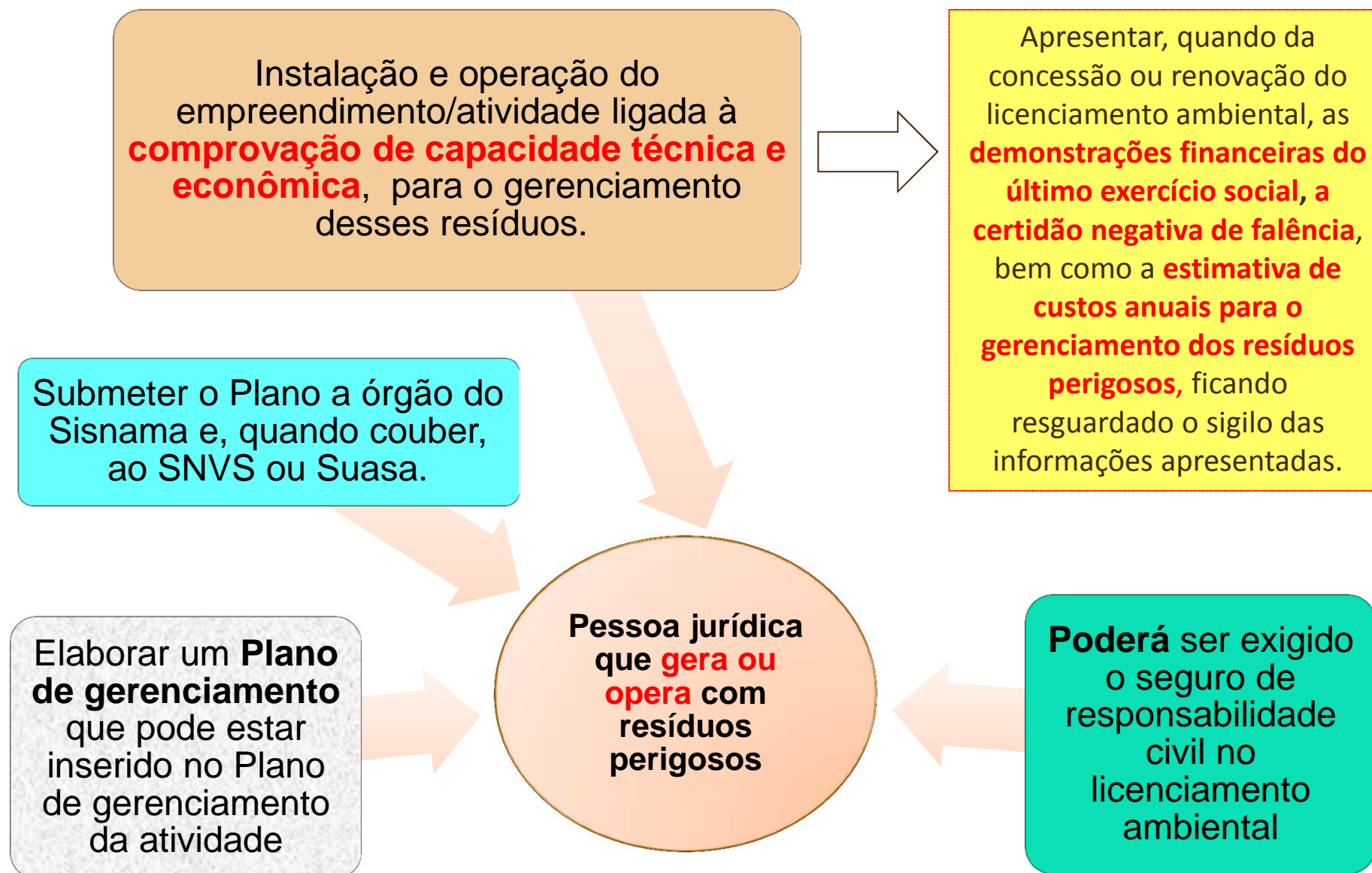
de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;

---



## *Quem são?*





# Sistema de informações



## ***Sinir***

Todos os dados que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços relacionados à gestão dos resíduos sólidos, bem como aos direitos e deveres dos usuários e operadores, serão disponibilizados pelo Sinir na rede mundial de computadores.

A publicidade das informações divulgadas por meio do Sinir observará o sigilo comercial, industrial, financeiro ou de qualquer outro tipo protegido por lei, desde que indicada essa circunstância, de forma expressa e fundamentada, por quem solicitar o sigilo.



# Pontos para discussão

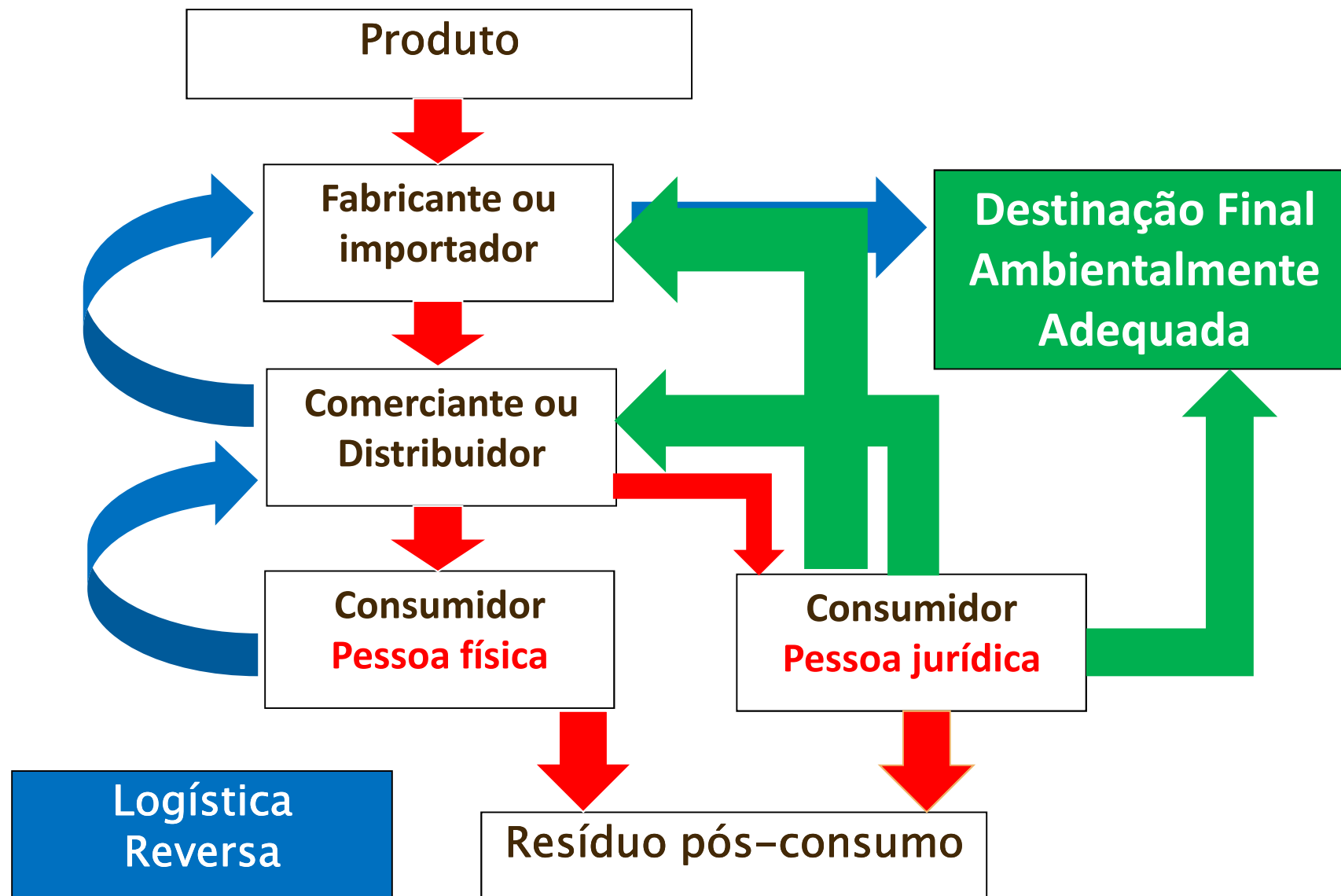
## **Lei 12.305/2010 - Art. 33 - logística reversa – Responsabilidades da sociedade civil**

**4º** Os **consumidores** deverão efetuar a devolução após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, dos produtos e das embalagens a que se referem os incisos I a VI do caput, e de outros produtos ou embalagens objeto de logística reversa, na forma do 1º.

**5º** Os comerciantes e distribuidores deverão efetuar a devolução aos fabricantes ou aos importadores dos produtos e embalagens reunidos ou devolvidos na forma dos 3º e 4º.

**6º** Os fabricantes e os importadores darão destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens reunidos ou devolvidos, sendo o rejeito encaminhado para a disposição final ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão competente do Sisnama e, se houver, pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.



**O que o consumidor, pessoa jurídica, deve fazer?**

## ***Definição – lei 12305/2010***

resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem **descartado** resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;



**Se não é descartado não é resíduo sólido? E os reutilizáveis?**



Departamento de Meio Ambiente - DMA

**Ricardo Lopes Garcia**  
**DMA / Fiesp**

Av. Paulista, 1313  
São Paulo/SP – Brasil  
Tel: + 55 (11) 3549-4675  
Site: [www.fiesp.org.br](http://www.fiesp.org.br)  
e-mail: [cdma@fiesp.org.br](mailto:cdma@fiesp.org.br)



[twitter.com/FiespAmbiental](https://twitter.com/FiespAmbiental)



Defender a Indústria é defender o Brasil

